

## ATA Nº 284 da 14ª Conferência do Conselho Municipal da Assistência Social de Capivari de Baixo – SC

Aos seis dias do mês de julho de dois mil e vinte e três, às 7.30 horas, no CEACA - Centro de Atendimento a Criança e ao Adolescente, situado à Rua Esmael Coelho de Souza, nº 456 – Centro – Capivari de Baixo/SC, CEP 88745-000, deu-se início a 14ª Conferência Municipal de Assistência Social. Onde estiveram presentes membros representantes do Conselho Municipal de Assistência Social e também representantes de entidades Governamentais e Não Governamentais do Município. A Vice - Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social Sra. Rosilene Costa Antônio, juntamente com a Conselheira Rosa Machado Silveira e também Diretora do CEACA nos receberam com um Coffee-Break, na recepção havia uma funcionária e também conselheira da Secretaria de Desenvolvimento Social Sra. Cleide Agostinho, para recepcionar os convidados, onde os mesmos assinavam uma lista de presença e recebiam uma pasta com uma ficha de inscrição, uma ficha de avaliação, e material cada um com um eixo para o qual estivesse apto ou por escolha quisesse interagir. Lembrando que no dia vinte e oito de junho de dois mil e vinte e três a Sra Mariana Jacques, a palestrante que foi contratada para prestar Assessoria e realizar a palestra referente a 14ª conferência Municipal de Assistência Social, fez uma reunião online com os membros do Conselho Municipal de Assistência Social e também com as técnicas que iriam apresentar seus eixos, cada uma já havia escolhido um eixo, pois posteriormente houve reuniões dentro do conselho informando da referida Conferência, onde já havíamos escolhido a data, o local e com quem ficaria cada eixo, além das Comissões que foram feitas para que a 14ª Conferência Municipal fosse realizada com toda maestria que a mesma merece. Na reunião online realizada no dia 28 de junho participaram os seguintes funcionários e representantes do Conselho Municipal de Assistência Social, Sra. Dayane Antunes, Sr. Felipe Pessoa Martins, Sra. Katiane Vargas, Sra. Isabel Cristina Bittencourt, Sra, Saray Battistela, Sr. Arleis Ribeiro, Sra. Maira de Souza, Sra. Rosilene Costa Antônio (Vice Presidente do CMAS), Sra. Tatiana Fernandes, Sra. Cleide Agostinho, Sra. Marilene Duarte Cardoso. Sra. Alessandra Vieira Francione Silva e também a Sra. Rosália Domingos Liberato Machado (Secretária Executiva do CMAS), a reunião teve início as 10:00hs da manhã, e o intuito era uma reunião preparatória com a Sra. Mariana Jacques – Assessoria (Palestrante), era justamente deixar todos preparados para a 14ª Conferência Municipal de Assistência Social com antecedência. No dia 23 de junho foi realizada uma reunião onde foram deliberadas algumas funções criadas através de comissões com os conselheiros, para confecção e entrega de convites, responsáveis pelo Coffee-Break, entre outras responsabilidades assim como toda a documentação referente ao evento ficou por conta da Secretária Rosália, e também foi escolhida entre outras quatro empresas de assessorias a empresa da Sra. Mariana Jacques, por ter tido o menor orçamento que ficou no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para que a 14ª Conferência Municipal da Assistência social ocorresse com sucesso, como já foi dito antes o local foi cedido pelo CEACA – Centro de Apoio a Criança e ao Adolescente, pela Diretora Geral a Sra. Rosa Silveira Machado e o Presidente Padre José Eduardo

Bittencourt. Na recepção teríamos que ter uma mesa com recepcionista e que deveriam ser entregues uma pastinha com o numero do eixo a qual cada participante gostaria de estar incluído, então iríamos fazer pastinhas com os 5 eixos e cada eixo teria a emenda referente aquele eixo e também perguntas conforme informe do CNAS N° 3/2023 orientações temáticas e organizativas para as conferências municipais de Assistência Social de 2023, juntamente com uma ficha de inscrição de cada participante e uma ficha para que cada um pudesse fazer sua própria avaliação. Foi combinado que a Palestra teria início às 08:00hs (oito horas) e antes da palestra já que o convite o horário dizia 07:30hr, pois teria um Coffe Break antes do início do evento. A Conferência teve início as 08:00hs (oito horas), após todos terem assinado a ficha de presença, recebidos suas pastinhas e se servirem do Coffe-Break. Todos se dirigiram ao Centro de Evento para dar início a referênciã. O Sr. Álvaro Dalmagro (Diretor de Imprensa) deu início chamando a frente primeiramente a Vice - Presidente Sra. Rosilene Costa Antônio e também conselheira (representante da APAE) do município, a mesma está como presidente interina, tendo em vista o afastamento do Presidente anterior, chamou também a Prefeita Municipal Sra. Márcia Roberg Cargnin, em seguida a Secretaria de Desenvolvimento Social a Sra. Tayse Alves; o Padre José Eduardo Bittencourt Presidente do CEACA – Centro de Apoio a Criança e ao Adolescente e também membro do Conselho Municipal de Assistência Social como representante do CEACA; a Conselheira Sra. Isabel Cristina Bittencourt membro representante dos Usuários do COMAS e fala sobre a importância da Assistência e do CEACA na vida de sua família e agradece pois sempre que procurou ajuda recebeu com muito carinho e precisão . O Padre José Eduardo Bittencourt abre a conferência falando da importância da Assistência Social e da união entre Prefeitura Municipal e CEACA através do CRAS e todas as entidades que dão assistência aos mais carentes, falou também sobre o Projeto Envelhecimento Saudável da SANC que o objetivo principal é ensinar tendo como tema cuidando de quem cuida, isso é ensinar os cuidadores através de cursos; passando a palavra para a Secretária de Desenvolvimento Social que falou também da importância real da Assistência Social e levando a qualidade de vida para os usuários e por último falou nossa Prefeita Interina Sra. Márcia Roberg Cargnin, mencionando em seu discurso a Sra. Isabel Cristina Bittencourt (Usuário) do nosso sistema e que sabe da pessoa íntegra e trabalhadora que ela sempre foi desde nova sempre lidando com as dificuldades, que sempre sustentou sua família e que agora com os pais acamados e ela mesma doente e filho com problema de autismo e que fica feliz que o sistema sempre a ajuda, sendo através do CRAS, do CREAS, da Secretaria de Saúde e da Assistência Social num todo, falou também da falta de outros representantes de usuários que deveriam estar ali representando e no entanto não compareceram, fala também da importância é o maior engajamento uma vez que o mesmo abrange escolas, saúde e vários outros setores, pois em tudo o social está presente, Rosilene agradeceu e a todos e falou que hoje é o dia da mudança através dos eixos que serão apresentados e discutidos entre os grupos. Álvaro então dá início a apresentação das crianças do CEACA que irão fazer a apresentação com o teatro Raízes Africanas, crianças estas que estudam no CEACA aprendendo, fazendo uma linda apresentação. Em seguida Álvaro faz uma leitura simplificada do Regimento Interno da 14ª Conferência Municipal de

Assistência Social, em seguida chama a Sra. Mariana Jacques a palestrante que irá dar início a Conferência explicando detalhadamente cada eixo, ela se apresenta falando que presta assessoria e foi contratada para apresentar a parte técnica, é graduada em recursos humanos e tem pós-graduação. A mesma iniciou falando sobre a política da Assistência Social e que a mesma é o direito de quem precisa, uma parte vai para a reconstrução do SUAS e parte vai sendo construída e reconstruída ao longo do tempo, seguindo falou que o SUS é um direito de todos, que contribuem e o SUAS representa uma nova forma de organizar e gerir a assistência social Brasileira. Após iniciar a palestra e colocar algumas explicações sobre o SUAS ela continuou com a explicação dos eixos iniciando com o Eixo 1- Financiamento e orçamento de natureza obrigatória, como instrumento para uma gestão de compromisso e responsabilidades dos entes federativos à garantia dos direitos socioassistenciais, contemplando as especificidades regionais do país. Este Eixo tem por objetivo discutir Planejamento orçamentário municipal da Política de Assistência Social. Compartilhamento de investimentos entre entes federativos. Financiamento de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no SUAS. Recursos para demandas outras que possam surgir no campo socioassistencial do SUAS nos territórios. Mariana explica que tem que haver um planejamento orçamentário de política social e que precisa se adequar a realidade; no Eixo 2 - Este Eixo tem por objetivo discutir sobre Planejamento orçamentário municipal da Política de Assistência Social. Compartilhamento de investimentos entre entes federativos. Financiamento de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no SUAS. Recursos para demandas outras que possam surgir no campo socioassistencial do SUAS nos territórios. Eixo 3 – Articulação entre segmentos – fala sobre como potencializar a Participação Social no SUAS? A gestão da assistência social tem compromissos com a dignidade humana, com o bem-estar social e com a cidadania, primando pela equidade, pelo respeito às particularidades e potencialidades das diferentes regiões. Gestão democrática e participativa exige o fortalecimento dos canais de diálogo entre o Estado e os diferentes segmentos da Sociedade Civil. É necessário o compromisso da parte de todos os segmentos que compõem o controle social do SUAS, incluindo planejamento criterioso, previsibilidade de recursos e compartilhamento de responsabilidades entre os diferentes níveis de governo. É de suma importância, ainda, a articulação entre os vários segmentos que compõem a sociedade civil. Este eixo tem por objetivo debater sobre Participação Social no SUAS. O cumprimento da paridade entre as representações (governo e sociedade civil) e proporcionalidade entre os segmentos da sociedade civil (trabalhadoras/es, usuárias/os e entidades) nos conselhos de assistência social. Atuação integrada entre segmentos com o fortalecimento das organizações de trabalhadores/as, de usuários/as e de entidades socioassistenciais. Financiamento para garantir a articulação entre os segmentos. Eixo 4 – Serviços, Programas e Projetos: Universalização do acesso e integração da oferta dos serviços e direitos no SUAS. Este eixo tem como objetivo discutir sobre Garantia de Proteção Social Básica e Especial no SUAS: serviços, programas e projetos. Marcadores sociais na atenção socioassistencial do SUAS: pessoas em situação de rua, refugiadas/os, migrantes, população LGBTQIAPN+[6], pessoas e famílias vítimas de violência, pessoas idosas, pessoas com deficiência,

mulheres, Povos originários e Comunidades Tradicionais, crianças e adolescentes, jovens etc. SUAS e os contextos de calamidade pública e emergências. Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e sua intersecção com o SUAS. Prontuário SUAS e sua atualização e utilização nos sistemas da rede SUAS. Vigilância Socioassistencial. Eixo 5 – Benefício e transferência de renda: A importância dos benefícios socioassistenciais e o direito à garantia de renda como proteção social na reconfiguração do SUAS. Este eixo tem como objetivo discutir sobre Benefícios e transferência de renda no SUAS. Caracterização das rendas de natureza assistenciais: benefícios estáveis e/ou continuados, benefícios eventuais e outras transferências. Tipificar as circunstâncias sociais às quais demandam e autorizam as transferências assistenciais. Indicar parâmetros de valores a serem praticados adotando como referência o salário-mínimo. Enquadrar as rendas assistenciais no conjunto de bens públicos destinados à proteção social, adotando como critério o fundamento que a organiza sob a lógica do atendimento “a quem dela necessitar”. Todos os benefícios (cesta básica, enxoval) de natureza assistencial, em qualquer nível de governo, precisam integrar a política de assistência social da instância correspondente e sua aprovação deve ser objeto de apreciação e deliberação dos respectivos Conselhos de Assistência Social. Articulação entre INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) e os CRAS para operacionalização do BPC. Após a explicação de todos os eixos a Sra. Maiana pediu para que formassem 5 equipes e cada equipe discutiria sobre as propostas Municipais, Estaduais e Federais que cada grupo queira apresentar para ser levada a Conferência Estadual que ocorrerá entre os dias 09 a 11 de outubro em Florianópolis, Santa Catarina. As propostas apresentadas foram Eixo 01 – Propostas - União: Ampliar o financiamento e a garantia de que os repasses aos municípios sejam feitos de forma sistemática e em conformidade com a realidade do território, a fim de que os serviços socioassistenciais sejam assegurados e executados de forma adequada; Estado: Ampliar o cofinanciamento e a garantia de que os repasses aos municípios sejam feitos de forma sistemática, a fim de que os serviços socioassistenciais sejam ofertados de forma adequada a todos os usuários do SUAS; Município: Planejar e ampliar os repasses para a Secretaria de Desenvolvimento Social identificando as necessidades e a realidade do público alvo através de critérios e articulação para identificação da real demanda; Reestruturar o setor de habitação para que se tenha a garantia de recursos e atender as demandas do setor; Garantir orçamento para as situações de calamidade pública e de emergência; Ampliar o repasse de recurso para atender as demandas da pessoa idosa Moção - Aprovação da Proposta de Emenda Constitucional – PEC 383 de 2017 alterando a Constituição Federal garantindo os recursos mínimos (1%) para o funcionamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no que se refere ao financiamento de serviços e ações. EIXO 02 – Propostas para o Município: Divulgar em meios de comunicação populares, o trabalho que é desenvolvido pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), bem como o calendário de reuniões, para que a população tenha acesso e entendimento da função do Conselho e possa participar das reuniões; Contratar uma assessoria especializada para capacitar conselheiros e representantes da administração pública sobre as funções e o funcionamento do Conselho Municipal de Assistência

Social, considerando a relevância que este Conselho tem para a Política de Assistência Social e seus usuários; Organização da documentação e estrutura do CMAS (atualizar Regimento Interno, criar as devidas comissões de normas; monitoramento e avaliação de projetos; formulário de inscrição no CMAS, etc.); Incluir na Lei Municipal que trata do CMAS, uma cláusula que garanta que as cadeiras ocupadas pelos representantes governamentais, sejam servidores efetivos, para que assim possa ser diminuída a alta rotatividade desses representantes; Designar um (a) secretário(a) executivo(a) exclusivo(a) para o Conselho Municipal de Assistência Social; Consolidar o Serviço de Vigilância Socioassistencial no intuito de conhecer as demandas sociais do município e assim garantir ações mais assertivas e planejamento estratégico de projetos, programas e serviços, que contemplem com efetividade tais demandas, promovendo a proteção social da população usuária da Política; Propostas para o Estado: Facilitar o acesso dos Conselhos Municipais do Estado, proporcionando que os representantes dos conselhos municipais acessem com facilidade as pautas do Conselho do Estado; Oferecer suporte técnico adequado, ágil e efetivo para os Conselhos Municipais, afim de sanar as demandas dos conselhos municipais; Melhorar a comunicação entre estado e município, desburocratizando o acesso à informação, através de meios de comunicação populares e efetivos. Propostas para o Federal: Desburocratizar o acesso à informação, criando um link de acesso popular e direito, através de meios de comunicação populares (redes sociais, youtube, ...), para Estados e Município, com as demandas e informações discutidas em âmbito nacional. Eixo 03 – Propostas – Articulação entre segmentos: Como potencializar a Participação Social no SUAS? Propostas para o Município: Garantir que os equipamentos municipais da Assistência Social possua a equipe mínima conforme a NOB SUAS/RH considerando em aumentar a equipe a partir da necessidade da demanda, para assim possibilitar o atendimento mais humanizado e contribuir com a efetividade dos serviços; Consolidar nos municípios a vigilância socioassistencial no intuito de conhecer a realidade social vulnerável e assim dar visibilidade e acesso a proteção social; Realizar capacitação continuada para os trabalhadores dos SUAS, conselheiros Municipais e usuários com temas da Política da Assistência Social possibilitando discussões com toda rede socioassistencial e com os usuários do SUAS sobre seus direitos, suas potencialidades e importância de sua função na efetividade da Política; Incluir a rede de atendimento socioassistencial, Ministério Público, Segurança Pública e Sistema Judiciário nos estudos de casos, bem como na construção de estratégias para a prevenção de vulnerabilidades sociais; Valorizar os trabalhadores do SUAS através da remuneração condizente com cada função e garantindo em lei no plano de cargos e salários. Criar um FÓRUM ou Reuniões trimestrais com a participação de representantes das políticas de saúde, educação, assistência social, Segurança Pública, Ministério Público e Sistema de Justiça com objetivo de conhecer a realidade de cada ator e fortalecer a articulação da rede socioassistencial. Propostas para o Estado: Promover capacitação continuada e Seminários com temas que abordem todos os serviços da Política da Assistência Social possibilitando a participação dos trabalhadores do Suas, rede socioassistencial e usuários; Realizar parcerias com universidades no intuito de criar cursos de pós-graduação gratuitos e/ou com baixo custo para os trabalhadores do SUAS na área

da Política da Assistência Social. Realizar visitas técnicas nos equipamentos do município com o objetivo de orientar a equipe e ampliar os conhecimentos e estratégias de atuação. Propostas Federal: Fortalecer o reconhecimento dos trabalhadores do SUAS através de leis que garantam condições de trabalhos dignas e salários justos. Promover encontros e discussões com outras políticas (saúde, educação, segurança pública e sistema de justiça) onde cada um se reconheça como corresponsável pela construção de estratégias para a prevenção das vulnerabilidades sociais. Eixo 04 – Serviços, Programas e Projetos. Prioridade para os Municípios. Formalizar convênio/credenciamento com casa de passagem ou albergue para a população de rua; Implantar políticas de segurança alimentar; Capacitação continuada para os profissionais dos serviços da assistência social; Aprimorar a política para a pessoa idosa; Implantar o serviço de vigilância socioassistencial no Município. Prioridade para o Estado - Capacitação continuada para os profissionais efetivos preferencialmente dos diversos serviços, programas e projetos da assistência social; Prioridade para a União - Que o co-financiamento federal seja repassado aos municípios mensalmente sendo a 1ª parcela desde janeiro, e não em abril ou maio como é de costume. Eixo 05 – Município - Fortalecer os benefícios eventuais considerando os aspectos sociais e peculiares da família, modificando a entrega de cestas básicas para a forma de cartão – lista onde o usuário poderá utilizar o benefício eventual de acordo com suas necessidades, isso garante dignidade e conscientização financeira; - Implantação da Vigilância Socioassistencial seguindo a NOB-RH, pois esse serviço tem papel fundamental para o planejamento e execução da Política de Assistência Social, visando a consolidação e qualificação do SUAS; Formação de equipe itinerante para melhor atendimento de pessoas com dificuldade de acesso aos benefícios como INSS, benefícios eventuais, programa bolsa família, etc... Propostas para o Estado - Repasse sistemático de recursos para os benefícios eventuais, disponibilizando mensalmente os recursos para atender as demandas desse serviço que são solicitados diariamente. Propostas para a União - Fortalecer o BPC como um benefício da Assistência Social. Atribuindo autonomia aos técnicos do SUAS para avaliar os beneficiários não somente pelo viés de renda percapta mas as condições socioeconômicas apresentadas pela família.; Repasse municipal com percentual fixo para IGDBF e IGDSUAS. Após apresentação das propostas foram escolhidos 04 (quatro) delegados e 04 (quatro) suplentes para representarem o Município em Florianópolis. Os Delegados de entidades não governamental escolhidos foram a Sra. Rosilene Costa Antônio (Representante da APAE – Associação de Pai e Amigos dos Excepcionais e seu Suplente Sr. José Carlos Mendes (Comunidade Resmanescente de Quilombo); Sra. Sônia Flôr Borges (Representante de Usuários) e sua Suplente Sra. Zaida Terezinha Flôr (Representantes de Usuários) e das entidades Governamentais a Sra. Daiane Antunes (Coordenadora do CRAS – Centro de Referência da Assistência Social) e sua Suplente Sra. Marilene Duarte Cardoso (Diretora do CRAS - Centro de Referência da Assistência Social); Delegada Sra. Maira de Souza (Assistênnte Social do Centro de Acolhimento Familiar de Capivari de Baixo) e seu Suplente Sr. Felipe Pessoa Martins (Representando tbém o Governo Municipal – Técnico de Segurança da Secretaria de Infraestrutura, mobilidade e Segurança Pública). Após a apresentação das propostas de cada eixo e a escolha dos Delegados através de votação

a Sra. Mariana Jacques, apresentou a Sra. Ivete Vargas que falou sobre a Moção de apoio à Proposta de Emenda Constitucional – PEC 383/2017, pedindo a todos que assinassem em forma de abaixo assinado, a referida Emenda diz que considerando que a Assistência Social é reconhecida pela Constituição Federal como direito do cidadão e dever do Estado e regulamentada pela Lei Orgânica de Assistência Social LOAS, Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993, considerando o Sistema Único de Assistência Social – SUAS é responsável pela gestão da Assistência Social, caracterizado pela articulação entre União, Estados, Municípios e Distrito Federal, de forma descentralizada e participativa, sendo responsável por operar a proteção social não contributiva de seguridade social no campo da assistência Social; Considerando a importância da manutenção da rede Nacional de proteção constituída pelo Sistema Único de Saúde de Assistência Social – SUAS e a necessidade de garantir a continuidade de seu funcionamento, sem intercorrências com possíveis Cortes de receitas orçamentárias; Os participantes da Conferência Municipal de Capivari de Baixo, do Estado de Santa Catarina, apoiam a aprovação da PEC N.º 383/2017 – que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Saúde de Assistência Social SUAS (que prevê a inclusão do percentual não inferior a 1% (um por cento) da receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro da União para aplicação no Sistema Único de Assistência Social). Depois de explicar detalhadamente a todos a moção a Sra. Ivete Vargas solicitou a assinatura de todos na referida PEC, muitas pessoas já haviam ido embora por terem outros compromissos, e a moção teve um total de 47 (quarenta e sete) assinaturas. E, nada a mais havendo a tratar-se se deu por encerrada a 14ª Conferência Municipal de Assistência Social às 12:05 (doze horas e cinco minutos) E, para constar eu, Rosália Liberato (Secretária deste conselho), lavrei a presente ata que após lida e aprovada será subscrita pelos membros presentes do Conselho Municipal de Assistência Social.